

As reações do mundo empresarial e político



Mário Henrique Simonsen:

"Ainda é possível avaliar o efeito do pacote sobre o déficit público. Entre as medidas aprovadas estão algumas voltadas para o aumento da receita pelo Imposto de Renda, mas há outras que neutralizam parcialmente esse efeito, como a queda da alíquota do IOF e impostos sobre exportações. Além disso, não tem sido realizado o expurgo das ORTN, o encargo da dívida pública vai aumentar, embora se tenha decidido, por outro lado, a redução de subsídios. Portanto, o efeito líquido deste conjunto de medidas precisa ser quantificado para se ter uma idéia precisa de sua influência na economia. Da mesma forma, a questão dos juros permanece indefinida. A eliminação do limite quantitativo de crédito e a redução do IOF ajudam a reduzir o custo do dinheiro, mas a elevação do compulsório bancário tende a elevar os juros."

Eu me sentia mais tranqüilo se o pacote fosse acompanhado do expurgo do INPC e das ORTN e se desatrelasse à correção cambial do ICP, vinculando-o ao índice de preços por atacado dos produtos industriais, excluído o petróleo".

"Fortes, mas necessárias"



Francisco de Moraes, presidente do grupo Itamarati:

"São medidas fortes para o momento, mas lamentavelmente necessárias. Acho que o tratamento já não é mais tão gradualista e que medidas mais fortes do que essas poderiam criar problemas sérios para o País, como o aumento do desemprego.

"Do ponto de vista da agricultura, a desindexação seria muito perigoso e só poderia ser feita se houvesse outra maxidesvalorização do cruzeiro. Isso porque à medida que a correção monetária e a correção cambial ficasse abaixo da inflação, ficariam, também, abaixo dos nossos custos. Em sessenta, no máximo noventa dias, estariam fora do mercado internacional, a não ser que se tivesse de desindexar a taxa de câmbio. Caso contrário, perderiamos competitividade."

"Acho que o governo está certo em tentar resolver os problemas dessa forma. Não nos resta mais nada a não ser aguardar os resultados. E arriscado até dizer, neste momento, se os juros podem cair. Se os resultados não forem os esperados, talvez outras medidas sejam necessárias dentro de noventa dias."

"Quanto às empresas que dependem de obras públicas, elas já estão praticamente paradas, e o pacote está restringindo mais ainda sua atividade. Mas temos consciência de que isso é necessário".

"Caminho errado"



Luis Gonzaga de Melo Belluzzo, economista, professor da Universidade de Campanhas:

"Estas medidas do Conselho Monetário Nacional pretendem diminuir o déficit público. Por um caminho errado. Metade do déficit público é correção monetária da dívida. As medidas anunciamos tenderão, ao contrário, a agravá-lo. A solução seria a desindexação do conjunto da atividade econômica."

"É urgente a reforma financeira. A eliminação do conjunto da espiral da correção monetária. E renegociar a dívida externa. Ela deixou de ser um simples problema de caixa. Os pagamentos das prestações da dívida, e de suas outras obrigações, chegarão a 23 bilhões de dólares neste ano, a 25 bilhões em 1984 e a 27 bilhões em 1985. O País não poderá suportar."

"Porque estamos no limite, a solução é procurarmos resolver o próprio perfil da dívida. Não adianta mais escalar prestações. Precisamos pagar o que podemos, ou seja, uma percentagem das nossas exportações. Isto será possível através de uma negociação soberana."

Aliás, os banqueiros e economistas internacionais também não esperam outra coisa. Para eles também é perigoso esse grau de endividamento externo, que oferece hoje menos garantias que a renegociação".

"Sucesso duvidoso"



Cláudio Bardella, presidente do grupo Bardella:

"A minha avaliação coincide com a que está sendo feita por outros empresários e economistas. Entendo que, sem a desindexação da economia, a possibilidade de sucesso desse novo 'pacote' é muito duvidosa."

"E um 'pacote' que não permite, neste momento, uma visão do futuro imediato. O que se pode dizer, à primeira vista, é que ele vai provocar um aumento expressivo da taxa de inflação — o que pode vir a anular a pretendida diminuição do déficit público. E isso porque o déficit público será realimentado pela alta da inflação.

"Portanto, à primeira vista, as consequências desse 'pacote' são óbvias. Mas penso que o governo não deve parar aí. Deve tomar, urgentemente, medidas complementares, no caminho da desindexação da economia, sem o que comprometerá a sua principal meta."

"Eletrobrás poupada"



José Góemberg, presidente da CESP, CPFL e Eletropaulo:

"A informação que eu tenho é de que as medidas do pacote atingirão mais fortemente a Siderbrás, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, e menos as empresas do sistema Eletrobrás; a Eletrobrás pode ser até poupadinha, enquanto as outras sofrerão duros cortes de despesas e investimentos. As empresas estaduais do setor elétrico não deverão experimentar, diretamente, os efeitos do pacote".

"Sair às ruas"



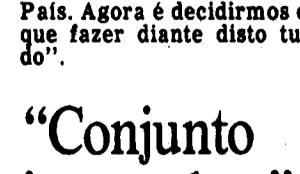
Jair Menecheli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, membro da Comissão Nacional Pró-CUT:

"É um pacotinho. Vai novamente prejudicar a classe trabalhadora. O meu medo é que os advogados só vêem saídas jurídicas e os economistas, apenas saídas econômicas. Pessoalmente, só vejo saídas no campo político. A saída é mostrar aos trabalhadores que é urgente e necessário sair para a rua manifestar contra esse pacote."

E a única saída. Agilizar os sindicatos para que convencam os trabalhadores a ganhar as ruas. O pacote será o tema principal das próximas reuniões sindicais. Ainda hoje será debatido na reunião da comissão estadual Pró-CUT e no próximo dia 15 pela comissão nacional."

Está na cara que os cortes decididos vão atingir em cheio os preços dos alimentos e da gasolina. Em cadeia aumentarão os outros preços. Novamente quem pagará é o trabalhador. O pacote aumentará o desemprego que já é o problema número um do nosso País. Agora é decidirmos o que fazer diante disto tudo".

"Conjunto incompleto"



José Carlos Moraes Abreu, membro do Conselho Monetário e diretor geral do Banco Itália:

"O conjunto de medidas está incompleto, e é imprescindível e urgente que providências sejam tomadas para que os preços corretivos muito elevados não

se transmitam para os índices e gerem novos aumentos, seja sobre os salários, seja sobre ativos financeiros.

"Continuamos exatamente como estamos: com recessão mais inflação, o que é a fórmula mais cruel para o trabalhador. Mas, como o protesto dos oito membros da área privada no Conselho foi unânime e veemente a favor da desindexação, e os ministros ficaram muito sensibilizados, realmente esperamos que alguma coisa seja feita — caso contrário, todo este esforço, todo este sacrifício, será perdido.

"No entender de todos, os salários estão sendo corrigidos em 8 a 7% ao mês e a melhor saída ainda é corrigi-los abaixo da inflação — para que não haja uma realimentação. Pelo menos esta seria uma solução transitória, para produzir o efeito desejado, e como está é permanente a realimentação da inflação.

"A explicação do governo para a tomada de duas medidas paradoxais — a queda do limite do crédito e o aumento do compulsório — é que o Banco Central não tem condições de dimensionar, 'a priori', qual será a expansão dos empréstimos. Se ela não for muito exagerada, o governo em dois a três meses voltará atrás na questão do compulsório. Vamos esperar esse tempo, e depois cobrar uma resposta".

"Só a área privada"



Ney Casal Alves, membro do Conselho Consultivo do Mercado de Capitais e presidente da Associação das Distribuidoras de Valores (Adeva):

"A grande preocupação é que as medidas não são suficientes para reduzir a inflação. Mais adequado seria a desindexação geral. As taxações na área de mercado de capitais seriam aceitáveis se também as estatais passassem a se encaixar na bitola de redução de seus déficits. Como está, só a área privada é penalizada. A antecipação do Imposto de Renda e a taxação de 4% dos ganhos no open — o que aumentará muito os custos das entidades financeiras, dado o aumento do trabalho administrativo — seriam uma contribuição razoável caso integrasse um conjunto de medidas que, além de reduzir o déficit público, fizessem baixar a inflação."

"Haverá outro"



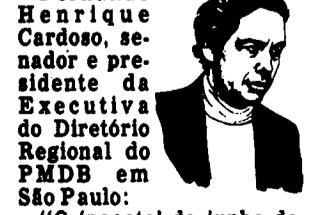
Mário Amato, primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:

"Eu acho que esse pacote vai exigir em breve um outro pacote. Penso que outras medidas esperadas não foram incluídas nele por motivos políticos. Aliás, esse pacote foi uma grande vitória para dona Ivete Vargas. Os ministros da área econômica tiveram de dar um recuo pelos problemas sociais decorrentes (da desindexação)".

"Eu esperava que esse fosse o último pacote. Mas, se não houver um segundo tempo em que o trabalhador divida os sacrifícios com os empresários... Se ficar só uma das partes prejudicadas, não vai resolver o problema."

"Essas medidas, segundo o que pesquisamos aqui na FIESP, terão seus efeitos anulados entre sessenta a noventa dias. E eu acredito que o País não aguenta mais outra experiência."

"Decepção para todos"



Fernando Henrique Cardoso, senador e presidente da Executiva do Diretório Regional do PMDB em São Paulo:

"O 'pacote' de junho decepcionou a todos. Decepção aos que esperavam medidas energéticas, na linha ortodoxa-econômica, pois não veio a desindexação. Em outras palavras, a elevação dos preços dos bens de consumo incidirá sobre o INPC e por este

meio influirá nos salários. Além disso, porque considerarão tímidos os cortes orçamentários e protestaria contra a taxação dos ganhos de capital.

"Aos que sustentam o ponto de vista do PMDB, o 'pacote' desagrada porque ele não vai ao fundo da questão: não ataca de rijo a especulação financeira e desestimula a retomada do crescimento. Neste ritmo, depois do 'setembro negro', do cheque provocado pela alta do petróleo, nossas autoridades estão preparando um 'agosto cinzento'.

"Não cabe dúvida que o 'pacote' vai apenas acelerar a inflação, sem resolver o desemprego, e deixar soluções, sejam as nossas, da oposição, sejam as ortodoxas, a meio do caminho, entre a desindexação e o erro.

"Não atravessaremos agosto próximo sem novas paralisações no fluxo de dólares, impostas pelo FMI, e sem novos ritmos inflacionários que vão requerer outros 'pacotes'."

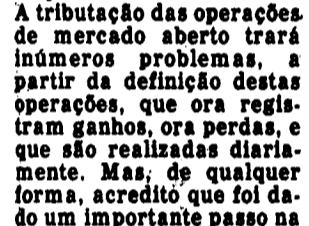
"Inúmeros problemas"



Michel Stivelman, Cédula Financeira:

"Concordo integralmente com a opinião de que falta ao pacote de medidas a desindexação da correção monetária, ou seu expurgo, dos salários, ainda que sejam muito baixos. Discordo inteiramente do aumento dos depósitos compulsórios dos bancos, pois apesar da extinção dos limites de crédito e redução do IOF, a taxa de juros deverá aumentar. A tributação das operações de mercado aberto trará inúmeros problemas, a partir da definição destas operações, que ora registram ganhos, ora perdas, e que são realizadas diariamente. Mas, de qualquer forma, acredito que foi dado um importante passo na medida dos cortes de subsídios, há muito reivindicada, e dos gastos das estatais. Estas duas mudanças na política econômica terão impactos inevitáveis sobre a redução do déficit público, mas, ao mesmo tempo, poderão gerar uma profunda recessão. Eu sou a favor de um sacrifício de toda a sociedade, especialmente, das faixas de renda mais altas, empresários e banqueiros, para evitar um caos total".

"Impacto no Estado"

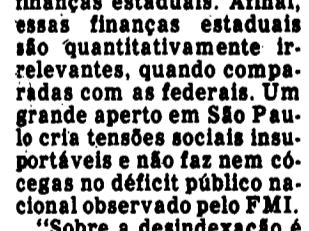


João Sáyad, secretário da Fazenda do governo do Estado de São Paulo:

"O que mais nos preocupa no 'pacote' é o impacto sobre as finanças estaduais. É preciso reduzir o déficit público federal, mas não à custa de maior aperto nas finanças estaduais. Afinal, essas finanças estaduais são quantitativamente irrelevantes, quando comparadas com as federais. Um grande aperto em São Paulo cria tensões sociais insuportáveis e não faz nem cegatas no déficit público nacional observado pelo FMI.

"Sobre a desindexação é preciso compreender que ela não pode fazer parte de um 'pacote', mas sim de uma ampla reforma estrutural e de um novo acordo político, que não parece ter ocorrido até agora. Uma medida elogável: a eliminação dos controles quantitativos de crédito. A grande ausente: uma medida que garantissem o ordenamento do mercado da dívida pública federal, que tem sido o vilão principal da crise dos últimos meses.

"Juros oportunos"



Alfredo Rezende, diretor presidente da Granja Rezende:

"Os valores anunciamos para os juros agrícolas são oportunos desde que garantidos o preço mínimo dos produtos pelas variações das ORTN (100%) e a defasagem do eventual aumento dos insumos acima da variação da ORTN, com garantia de crédito sem limite para novos investimentos (100%), manutenção dos projetos já aprovados e

"Decepção para todos"



Fernando Henrique Cardoso, senador e presidente da Executiva do Diretório Regional do PMDB em São Paulo:

"O 'pacote' de junho decepção aos que esperavam medidas energéticas, na linha ortodoxa-econômica, pois não veio a desindexação. Em outras palavras, a elevação dos preços dos bens de consumo incidirá sobre o INPC e por este

meio influirá nos salários. Além disso, porque considerarão tímidos os cortes orçamentários e protestaria contra a taxação dos ganhos de capital.

"Depois, porque o corte dos gastos públicos (que, somados aos cortes efetuados nos começos desse ano, devem totalizar uma queda em torno de 30% reais) é

existentes do Proálcool, com eliminação total de novos investimentos desse projeto, porque são inflacionários e perigosos para o futuro, porque restrirem o uso de áreas que poderiam ser utilizadas para cultura de grãos, por causa de seu alto custo e da má utilização em veículos de passeio.

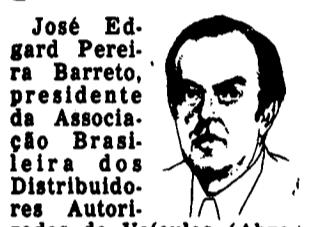
"A tentativa de controle dos juros é conveniente. Sem o controle efetivo das taxas de juros o País não vencerá a crise. A diminuição dos prazos de retenção dos impostos nos bancos comerciais e a antecipação do pagamento do imposto de renda das instituições financeiras servirão como antecipação de encaixes, unicamente para aumentar a receita da União, sem qualquer proveito para as classes produtoras.

"O aumento da tributação do imposto de renda na fonte das pessoas físicas é inconveniente porque agravará o achatamento dos ganhos dos assalariados.

"A exceção do preço do gás importado, todos os demais aumentos de taxas e serviços públicos não devem ultrapassar 90% de variação da ORTN, com alterações coincidentes com a majoração do salário mínimo, isto é, aumentos semestrais.

"A desindexação da economia, se tivesse sido adotada, importaria maiores sacrifícios aos assalariados, inclusive com maior repressão recessiva pela diminuição do poder aquisitivo da população".

"Um fato positivo"



José Edgard Pereira Barreto, presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores Autorizados de Veículos (Abra-ve):

"A elevação dos juros subsidiados à produção de manufaturados exportáveis (Resolução nº 674) atrapalhará um pouco, mas o que conta é o diferencial. Os juros mais altos vão refletir novamente para o sistema. Como se trata de resolver um problema orçamentário, é melhor ter algum dinheiro a ter recursos mais difíceis. Os superávits mensais na balança comercial contribuirão para a meta de US\$ 6 bilhões que eu acredito será factível."

"A simples definição do 'pacote' em si, independentemente do que ele contém, é um fato muito positivo. Pelo menos para aqueles que, como nós, atuam no comércio. Desde que foi divulgada a notícia de que várias medidas na área econômica estavam em estudo, o comércio praticamente parou. Os consumidores aparentemente ficaram inseguros e preferiram adiar as compras que estavam pensando fazer para depois que tivessem uma definição mais exata do que poderia eventualmente mudar em seus salários e orçamentos domésticos. Agora, definido o que vai efetivamente mudar, os consumidores, esperamos, deverão voltar às lojas.

"Do ponto de vista fundamentalmente econômico, contudo, as medidas, da forma como foram tomadas, não deverão atingir os objetivos a que o governo está-se propõe. Não conta com medidas complementares e preventivas das distorções que deverá gerar. Agravará o desemprego e a recessão. Não agradará os empresários, prejudicará os trabalhadores, nem os banqueiros estão contentes e não acalmará o FMI.

"A correção semestral dos salários será demasia- do pouco para conter o aumento inexorável da inflação, uma vez que o controle de preços deles não funciona. A companhia vai explodir, esse pacote vai mandar todo mundo para o inferno. A desindexação poderia ser a solução, mas eles queriam apenas para os salários, o que seria um pouco demais. Teriam que desindexar tudo e desentender-se, alguns não gostaram.

As reações do mundo empresarial...

(Continuação da página anterior)

"Entendo, portanto, que esse processo de desindexação da economia deve caminhar, primeiramente, na linha de uma desdolarização da economia atingindo, em seguida, aluguéis, prestações, etc., para, depois, chegar aos salários.

"Caso contrário, teremos um processo altamente negativo do ponto de vista econômico e, sobretudo, social. Acredito, por tudo isso, que o governo ainda não esgotou o elenco de medidas necessárias ao ajuste da economia, brasileira. Mas penso que esse 'pacote' representa um primeiro passo em frente para que se dê nova credibilidade à ação governamental, sem a qual será difícil fazer o ajuste necessário e a pretendida renegociação externa".

"Gradual, outra vez"

Renato Ticoncoul Filho, presidente da Sociedade Rural Brasileira:

"É difícil poder analisar sem ter lido as resoluções definitivas. Optou-se por um gradualismo outra vez, que tem o condão de evitar um desajuste social maior, uma recessão maior, mas eu me pergunto se esse gradualismo conduz a uma solução. Acho que o tempo vai ter de responder a essa pergunta.

"Não tenho os dados suficientes na mão para poder avaliar quais seriam as consequências de uma medida mais abrangente, mais radical do que a que foi tomada agora.

"Quanto à agricultura, não pude entender ainda como será esse reajuste ao preço mínimo. A retirada do subsídio implica preço melhor. Subsídio não é o mecanismo ideal, está muito desgastado e privilegia uma parte dos agricultores em detrimento de outra, que não tem acesso ao crédito. O subsídio impede que os preços sejam elevados e protege o consumidor. Mas é uma proteção injusta, porque protege todos, os de baixa, média e alta renda. Há razão para se proteger, sim, apenas os de baixa renda.

"O preço, que agora deverá ser elevado, trará maiores problemas para os de baixa renda. Estes é que têm de ser subsidiados no consumo, via merenda escolar, etc.

"O que jamais admitiremos é que se tire subsídio sem tirar as penalizações que incidem sobre a agricultura. E isso a Nação toda não deve aceitar."

"O único mérito"

Einar Kok, secretário de Indústria de São Paulo:

"O novo pacote econômico tem, como único mérito, o corte nos subsídios. O pacote é falso porque não contém medidas que nos permitam cultivar uma ténue esperança de recuperação econômica.

"Os resultados das mudanças econômicas determinadas pelo governo poderão até mesmo desaparecer se o principal problema, o déficit das empresas estatais, não for atacado com coragem. A 'nova receita' é um remédio amargo, mas de efeito terapêutico razoável, entretanto, ele poderá vir a ser ineficiente, diante da falta de confiança depositada no médico que o preceveu.

"Os governos estaduais não terão muitas escolhas para enfrentar o agravamento da crise. Programas de efeitos de curto prazo deverão ser acionados, para, ao menos, manterem o atual nível de emprego."

"O acordo PDS/PTB"

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo:

"Sem desindexar a economia, esse pacote não vai ter muita validade. As medidas foram mais políticas, isto é, o acordo PDS/PTB parece ter tido peso maior nas de-

cisões que o aspecto econômico.

"Os 4% de tributação no 'open' provocarão uma fuga dos aplicadores do Selic para o mercado de ADM (de cheques administrativos, fora do sistema oficial), cujas operações são feitas no anonimato, o que pode dificultar colocação de títulos do governo.

"A tributação sobre ganhos de capital não afeta as bolsas diretamente, pois estas operações continuam isentas. Mas, por falta de desindexação, vamos ter um aumento na inflação e as taxas nominais de juros vão subir — o que desestimula os investimentos em ações."

"Trará mais desemprego"

Egon João da Silva, diretor-presidente da Eletromotores Weg, de Jaraquá do Sul (SC):

"O 'pacote' foi gerado para demonstrar ao FMI que iremos enfrentar o problema do déficit público interno com maior rigor. Comungamos com o ex-ministro Mário Henrique Simonsen de que devem ser desindexados os salários, para que o 'pacote' tenha a vitalidade desejada. Entendemos que o corte nos subsídios ao consumo — derivados de petróleo, do açúcar e do trigo — provocará um aumento considerável no custo de vida real.

"Não acreditamos em uma queda das taxas de juros, enquanto o governo não deixar de ser o grande tomador de recursos, concorrendo sistematicamente com os empresários privados. A tentativa de controle das estatais, reduzindo os seus investimentos e custos, acreditamos ser medida difícil de executar, tendo o passado já nos demonstrado estas dificuldades e o espantoso poder de criatividade para fugir de controles. Pensamos da mesma forma que o economista Adroaldo Moura da Silva, que vê na 'reorganização das contas do setor público', na 'uniificação orçamentária para informar a formulação de uma política coerente e transparente' e na 'promoção da desindexação gradual dos passivos e ativos financeiros, inclusive os expressos em moeda estrangeira', medidas básicas e fundamentais para começar a corrigir o acumulado de erros cometidos. Fundamental, também, é procurarmos com racionalidade renegociar o prazo para o pagamento de nossa dívida externa.

"Entendemos, finalmente, que o 'pacote' trará mais inflação, mais recessão e mais desemprego, se medidas complementares não forem tomadas, coerentes e não contrastantes com o pacote inicial".

"Não vejo a lógica"

Roberto Teixeira da Costa, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários e presidente da Brasilpar

Participações:

"Precisaria, primeiro, entender qual a lógica do processo. Não vejo qual é. Mas certamente os ministros terão boas explicações para a tomada de medidas paradoxais, como cortar subsídios e não desindexar ou terminar com o contingenciamento do crédito e ao mesmo tempo aumentar o compulsório dos bancos.

"Independentemente de medidas corretivas que terão impacto sobre o custo de vida, há muito venho falando sobre a retroalimentação da inflação via correção monetária. No conjunto de medidas baixado agora, faltaria atacar esta questão."

"Eu não sou pessimista"

José Ermírio de Moraes Filho, presidente do grupo Votorantim:

"Esse 'pacote' deve trazer uma realidade econômica para o Brasil. Deveria ter trazido um alerta para a situação. Eu, pessoalmente, prefiro um pouquinho de inflação aliado ao pleno emprego como estamos: com recessão, de-

semprego e altas taxas de inflação, que redundaram numa correção monetária como essa e até fez do juro um valor desprezível, hoje, nas operações financeiras.

"Eu não sou pessimista. Nós temos de reverter essa mentalidade. Eu não acredito que o problema do balanço de pagamentos tenha de representar total recessão e não haja um reordenamento voltado ao mercado interno, porque assim caímos para um regime de força. E um regime forte, de esquerda ou de direita, pode trazer aos nossos anseios democráticos, eu sou um homem democrata.

"Há tantas formas de podemos contornar as dificuldades: temos de pensar em produzir mais máquinas, fazer mais habitações para equilibrar esse imenso déficit habitacional. Em fim, temos de incentivar áreas que não dependam do mercado externo. A agricultura, por exemplo, dá resultados a curto prazo.

"Estou propondo algo além do 'pacote'. Estou propondo a reconstrução nacional. Por que nossas autoridades não imitam Franklin D. Roosevelt, que em 1933 propôs o 'new deal'? Poderíamos ler o seu discurso, que, aliás, é uma brilhante peça. Ele enfrentava um índice de desemprego de 35% e conseguiu safar-se, pode-nos servir de exemplo".

"Temos que conviver"

Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente da Cooperativa Trítilcola Serrana de Ijuí, Rio Grande do Sul (Cotriju):

"As medidas tomadas pelo governo têm muito a ver com a receita do FMI a países em dificuldades financeiras. A uma nação endividada como o Brasil restam poucas alternativas. A preocupação maior deve ser a de tomar medidas que tenham um preço social o mais reduzido possível. Para a agricultura a cota de sacrifício foi a redução do subsídio ao crédito rural. Uma realidade que o produtor terá que aprender a conviver. Claro que o custo de produção subirá e crescerão os problemas para colocar as mercadorias no mercado. Haverá reflexos na economia, na inflação. Mas toda a redução drástica tem reflexos. Não podemos, no entanto, continuar insistindo na monocultura e sim trabalhar para baixar o custo da produção, ter uma visão clara do mercado, dentro de prazos médio e longo.

"Temos que promover discussões e chamar o produtor a participar de forma maior, desta forma, influir nas decisões que daqui para frente serão tomadas. Estamos cometendo alguns erros graves. Exportamos nosso farelo de soja, uma proteína vegetal, que lá fora concorre com a nossa outra proteína animal (carne bovina), que precisamos vender. Porque não aproveitar o farelo de soja como alimento interno? Por que criamos o hábito do consumo de trigo, com valor protótipico altamente discutível. O preço político é elevado. Masteremos que correm riscos."

"Pacote foi mais político"

Sérgio Luís Coutinho Nogueira, presidente da Sociedade dos Produtores de Álcool e de Açúcar:

"Entendo que o pacote saiu com uma imperfeição econômica, a falta da desindexação da economia. Política e socialmente, isso parece correto, pois o governo não pode avaliar como a classe trabalhadora suportaria e desindexaria os salários. E o pacote saiu muito mais político do que econômico, já que alguns custos indexados terão de ser corrigidos. Como aspectos positivos, há redução dos gastos das estatais e diminuição do déficit público. Se houvesse a desindexação, ele seria mais forte do que realmente foi; como ela não veio, será menor a contribuição das classes trabalhadoras.

"O meu setor vai ser altamente atingido pela elevação das despesas, já que trabalharemos com taxas de juros mais altas. O governo vai ter de ser tolerante e permitir o repasse de alguns custos que subi-

ram, como mão-de-obra, adubos e fretes, o que não diminuirá a tendência ascendente da inflação. As decisões do CMN não deixam claro que as taxas de juros cairão; pelo contrário, o aumento do compulsório irá elevá-las. Para corrigir isso, é preciso que o setor financeiro dê sua contribuição baixando as taxas."

"Também trabalhadores devem ter sido consultados. As medidas, além disso, estão sendo anunciadas de forma errada. Este é um papel que deveria ter cabido ao presidente. O País inteiro deveria ter debatido essas medidas antes que elas fossem adotadas. Só assim, com todos entendendo realmente o que está acontecendo, é que elas poderiam eventualmente surtir efeitos reais. Da forma como a coisa foi feita, apenas os tecnoratas, os economistas, que entendem o que está acontecendo. Não vai funcionar."

"Se o governo aplicar seriamente as medidas do 'pacote', cortando dispêndio e custeio, e ainda promover uma desindexação, cairá a inflação e, depois, os juros.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidaria o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"O preço da madeira tende a subir, tornando viável o uso de plantas mais distantes dos pontos de consumo, embora não se saiba ainda como ficará a estrutura de custos do transporte, já que os combustíveis automotores também subiram. A madeira poderia baixar, para se ter um preço bom no ponto de consumo. Mas é preciso que se tente reduzir o custo do transporte não só na chegada dos insumos à fábrica como também atrasar compromissos. Reconheço que a margem de manobra é pequena e que a edição de um novo 'pacote' foi a alternativa encontrada para adequar os rumos da economia às exigências externas. Sou favorável à eliminação dos subsídios, porque a realidade de preços é muito mais importante. Criar vantagens com mecanismos indiretos resulta em descontrole. Com uma taxa de câmbio realista, até mesmo com a elevação dos valores da Resolução nº 674 (financiamento à exportação com taxas de 60%), o País terá condições de continuar exportando. Claro que em uma economia indexada como a nossa os aumentos dos custos de cada produto em particular tendem a influir de forma geral, realimentando a inflação como uma bola de neve. Acredito também que com estas medidas anunciamos o déficit público de forma contida. Caso contrário, nada teremos de reduzir na inflação e taxas de juros.

"As medidas anunciamos terão uma alta repercussão sobre os preços. Com uma visão otimista podemos prever uma inflação de 220%, e o resultado será um enorme pressão inflacionária. Não cumprirão seus objetivos. Para diminuir o déficit público, seria necessário desindexar os títulos da dívida pública.

"'Não adianta tirar de quem não tem. Novamente os maiores atingidos serão os baixos salários. Mais uma vez os assalariados terão de pagar uma cota superior a que podem. Com as correções semestrais da inflação, os salários demoram demasiado para serem corrigidos. Com os preços subindo de forma galopante, estamos já vivendo um novo arrocho salarial, agravado ainda mais com as recentes alterações na política salarial.

"O pior é que pensam apenas em desindexar salários. Curiosamente, é a única coisa nos países capitalistas desenvolvidos que é indexada".

"As medidas destinam-se a aumentar a arrecadação do setor público, revestindo-se de aspectos nitidamente inflacionários. É evidente que a retirada gradual dos subsídios a redução dos gastos das estatais destinam-se à correção do déficit do setor público, mas não reduzem a presença do setor público no bolso econômico. Pelo contrário, apesar da elevação da carga tributária temos a participação de um Estado economicamente mais autoritário e que amplia os desacertos da própria economia.

"A diminuição da participação do setor público na economia somente se daria com uma relativa desindexação e a drástica redução da presença do estado no sistema financeiro e na tributação, questões que não foram consideradas na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN).

"A diminuição da participação do setor público na economia somente se daria com uma relativa desindexação e a drástica redução da presença do estado no sistema financeiro e na tributação, questões que não foram consideradas na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN).

"'Depende do déficit'

César Rôgerio Valentim, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul):

"A contenção do déficit público deverá ser alcançada de maneira total para que o 'pacote' econômico tenha êxito. Até aqui as empresas públicas ficaram à margem do processo recessivo e tão-somente colaborando para os altos níveis de inflação. A retirada dos subsídios para os derivados de petróleo, trigo e açúcar reacenderá a inflação, mas ao mesmo tempo retira alguns artificiais.

"Aprovo medidas para conter a especulação com a taxação do open em 4%. A demora na divulgação do pacote demonstra que há divergência e cisão na área econômica e que a pressão da sociedade e da classe política é bem mais forte que alguns anos atrás.

"Para os outros setores, que não os hortigranjeiros, a queda do subsídio ao crédito será compensada por um preço mínimo melhor. Mas esses produtores vão ficar totalmente desabertos e, no caso de uma frustração, os prejuízos serão maiores.

"Para os outros setores, que não os hortigranjeiros, a queda do subsídio ao crédito será compensada por um preço mínimo melhor. Mas esses produtores vão ficar totalmente desabertos e, no caso de uma frustração, os prejuízos serão maiores.

"Vai haver uma reação natural de diminuição da área plantada. A médio e longo prazo, a oferta vai diminuir e o prejuízo será o consumidor final, que vai pagar mais caro por esses produtos.

"Queremos que o governo estude uma forma de amparar também esses produtores, pequenos e médios, que são os que produzem para o abastecimento.

"A primeira vista, o objetivo das medidas é melhorar a situação de caixa do governo. E parece que, de fato, o governo vai com elas, conseguir melhorar sua situação. Pode-se esperar, também, a partir da redução do IOF e da liberação de crédito, alguma redução nas taxas de juros, o que, no caso específico do nosso setor, poderá ajudar o comércio de caminhões, que está muito fraco. É possível, além disso, que alguma redução da inflação seja conseguida. Neste caso, todavia, somente a prática mostrará se as medidas adotadas foram suficientes para compensar, em termos de inflação, a retirada dos subsídios.

"No futuro, as atuais medidas, para terem efetividade sobre inflação, deverão ser complementadas pela desindexação da economia. Parece claro que, hoje, no País, todos acreditam na necessidade desta medida complementar.

"Agora, não se chega, ainda, a uma conclusão acerca da forma e de tempo em que a medida deve ser implementada.

"O aumento dos combustíveis, a antecipação do recolhimento dos tributos, o fim do subsídio ao trigo e o aumento do recolhimento compulsório dos bancos diminuem o déficit público, o que leva a menor pressão do governo sobre os bancos, permitindo uma queda dos juros. Mas estes, no primeiro impacto, poderão até subir, já que, aberto o limite de aplicação, os bancos procurarão suprir a demanda e pressionarão as taxas de captação para cima.

"A menos que se instale a concorrência entre eles, levando-os a baixar os juros para atrair mais clientes, forçando, neste caso, as taxas de captação para baixo.

"Se o governo aplicar seriamente as medidas do 'pacote', cortando dispêndio e custeio, e ainda promover uma desindexação, cairá a inflação e, depois, os juros.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidaria o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"O governo perdeu uma oportunidade de reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidando o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidaria o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidaria o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidaria o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidaria o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidaria o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45% no preço do óleo combustível consolidaria o encaminhamento saudável das empresas que utilizam este derivado de petróleo em suas caldeiras para a substituição por madeira.

"No caso da madeira energética, o reajuste de 45%